

PROCURADOR MUNICIPAL

**LEIA ATENTAMENTE AS INSTRUÇÕES ABAIXO:**

- É responsabilidade exclusiva do candidato a conferência de seus dados pessoais, impressos no Cartão de Respostas e no caderno de provas, em especial o nome, o número de inscrição, o número de seu documento de identidade, cargo de sua opção, assim como, a marcação e assinatura do seu Cartão de Respostas.
- Verifique se este caderno de prova contém **100** questões com quatro alternativas identificadas pelas letras **A, B, C e D** das quais apenas uma será a resposta correta.
- Preencha o Cartão de Respostas da prova objetiva utilizando caneta esferográfica azul ou preta, ocupando totalmente o campo de marcação, ao lado dos números, que corresponde à resposta correta. Conforme ilustração: ○●○○○

Atenção: Serão consideradas incorretas questões para as quais o candidato tenha preenchido no cartão resposta mais de uma opção, bem como questões em que o campo de marcação apresente rasuras, emendas ou que não esteja preenchido integralmente. Tenha muito cuidado para não danificar o código de barras utilizado na leitura óptica do Cartão de Respostas, por isso não **DOBRE, AMASSE ou MANCHE** o mesmo. O Cartão de Respostas será o único documento válido para a correção das provas, salvo à disposição do IDCAP.

- Os fiscais **NÃO** são autorizados a prestar informações de interpretação das questões. Sua função é apenas fiscalizar e orientar quanto ao funcionamento do certame.
- Ao concluir a prova, **entregue ao fiscal de sala o Cartão de Respostas da Prova Objetiva e Discursiva**. A não devolução implicará à eliminação sumária do candidato.
- **Assine a Lista De Presença, Cartão Resposta e transcreva a frase de segurança presente no Cartão Resposta da prova objetiva, sob pena de eliminação.**

**NÃO SERÁ PERMITIDO:**

- Folhear o caderno de provas antes da autorização do fiscal. Caso aconteça, implicará na eliminação do candidato.
- Qualquer tipo de comunicação entre os candidatos durante a aplicação da prova.
- O uso de calculadoras, dicionários, telefones celulares, pen drive, fone de ouvido, relógio de qualquer espécie, recursos didáticos, aparelhos eletrônicos e bonés.
- A permanência de candidatos no local de realização das provas após o término e a entrega do Cartão de Respostas, devendo o candidato retirar-se imediatamente do local, não sendo possível nem mesmo a utilização dos banheiros e bebedouros.

**TEMPO DE PROVA:**

- A prova terá duração máxima de **5 (cinco) horas**, incluído o tempo para preenchimento do Cartão de Respostas.
- O candidato somente poderá retirar-se do local de prova **após 1 (uma) hora de seu início**.
- O candidato poderá **levar o caderno de provas 1 (uma) hora antes de seu término**. Antes desse horário, será permitido ao candidato levar apenas o **RECORTE DO RODAPÉ DA CAPA DA PROVA** (parte que contém espaço para preenchimento do gabarito).
- Os 3 (três) últimos candidatos somente poderão retirar-se da sala de prova simultaneamente e devem fazê-lo após a assinatura da ata de sala.

1		11		21		31		41		51		61		71		81		91	
2		12		22		32		42		52		62		72		82		92	
3		13		23		33		43		53		63		73		83		93	
4		14		24		34		44		54		64		74		84		94	
5		15		25		35		45		55		65		75		85		95	
6		16		26		36		46		56		66		76		86		96	
7		17		27		37		47		57		67		77		87		97	
8		18		28		38		48		58		68		78		88		98	
9		19		29		39		49		59		69		79		89		99	
10		20		30		40		50		60		70		80		90		100	

RASCUNHO

O texto seguinte servirá de base para responder às questões de 1 a 10.

Brasileiro é obcecado por ricos por crença ilusória na mobilidade social, diz antropólogo que se infiltrou na elite

Em uma tarde em Genebra, na Suíça, o antropólogo Michel Alcoforado aconselhou uma herdeira brasileira em crise moral. Dona de um fundo de investimentos e filha de um ex-banqueiro de família tradicional paulista, ela se perguntava se valeria a pena pagar quinze mil euros para reproduzir um perfume usado por gerações de mulheres da família. Apesar do desconforto diante da desigualdade, acabou comprando, por entender que o gesto resgatava uma tradição. Para o pesquisador, o episódio simboliza os muros que separam as classes no Brasil — uma distância "até no cheiro, não só no dinheiro".

Há quinze anos, Alcoforado estuda a vida dos super-ricos. Seu livro *Coisa de Rico: A Vida dos Endinheirados Brasileiros* tornou-se sucesso, vendendo mais de trinta e sete mil exemplares. Doutor pela UERJ e fundador da consultoria Consumoteca, ele afirma que ser rico no país é também uma questão de performance e domínio de códigos. Diferente dos Estados Unidos, onde a riqueza está ligada à construção de impérios, no Brasil ela é associada à conquista e à naturalização do poder.

Durante a pesquisa, o antropólogo percebeu que o "não" dos entrevistados revelava a estrutura de um mundo fechado. Para conquistar confiança, precisou adaptar-se, aprender os códigos e tornar-se o "antropólogo do luxo", alguém reconhecido pelos ricos como especialista em seu universo. Assim, foi incluído em jantares e encontros, observando as sutilezas de poder e distinção.

Em restaurantes e reuniões, Alcoforado notou que os ricos controlavam tudo — o cardápio, o tempo, as decisões — reafirmando posições hierárquicas. Também viu crises morais entre ricos tradicionais e emergentes: uns sentiam culpa, outros pena dos que ficaram para trás. Essa contradição, diz ele, revela o modo como o país encara a diferença social.

Para o antropólogo, o Brasil cultiva fascínio por seus ricos. Acredita-se, ilusoriamente, que todos podem se tornar um deles. Essa ideia explica o sucesso de influenciadores e personagens que ensinam comportamentos de status e reforçam a imitação das elites.

Negro e vindo de fora desse meio, Alcoforado enfrentou o mesmo racismo estrutural presente em toda a sociedade. Observou que a ausência de negros entre os super-ricos reflete o retrato do país. Para ele, ser rico no Brasil vai além da renda: quem mora em bairro nobre tem acesso a boas escolas, viaja ao exterior e consome produtos caros já pertence a uma elite em um país tão desigual.

Ao final, o pesquisador conclui que as divisões entre

"novos" e "tradicionais" ricos são "rinhas de rico" e defende um país com menos muros e mais pontes — um Brasil capaz de conviver com as diferenças sem transformá-las em abismos sociais.

<https://www.bbc.com/portuguese/articles/c62nr1z19q7o>. adaptado.

Questão 01

(Correta: A)

Durante a pesquisa, o antropólogo percebeu que "o não dos entrevistados revelava a estrutura de um mundo fechado".

Sintaticamente, é correto afirmar que, na oração destacada,

- (A) o vocábulo "não" é núcleo do sujeito da oração.
- (B) o sujeito da oração é considerado sujeito inexistente.
- (C) "o não" corresponde ao sujeito da oração.
- (D) "entrevistados" é o núcleo do sujeito da oração.

Questão 02

(Correta: C)

Assim, foi incluído em jantares e encontros, "observando as sutilezas de poder e distinção."

Sintaticamente, é correto afirmar que a oração destacada trata-se de

- (A) oração subordinada adjetiva explicativa, pois caracteriza o termo "jantares e encontros."
- (B) oração subordinada substantiva objetiva direta, pois completa o sentido do verbo "foi incluído."
- (C) oração subordinada adverbial reduzida de gerúndio, que expressa modo.
- (D) oração coordenada sindética aditiva, pois liga duas ações independentes.

Questão 03

(Correta: A)

O texto apresenta reflexões do antropólogo Michel Alcoforado sobre a elite brasileira e a forma como o país lida com a desigualdade social.

De acordo com o texto base, é correto afirmar que

- (A) o antropólogo analisa criticamente o comportamento das elites, revelando como suas práticas e crenças reforçam as desigualdades e a naturalização do poder.
- (B) o texto exalta o estilo de vida dos super-ricos brasileiros, destacando suas conquistas como resultado de mérito individual e esforço pessoal.
- (C) o texto enfatiza que o racismo não influencia a estrutura social brasileira, pois a ausência de negros entre os ricos se explica por fatores meramente econômicos.

- (D) a análise de Alcoforado defende que o Brasil possui uma elite semelhante à americana, cuja riqueza é fruto de empreendedorismo e inovação.

Questão 04

(Correta: B)

Para ele, ser rico no Brasil vai além da renda: quem mora em bairro nobre tem acesso a boas escolas.

De acordo com as regras gramaticais, assinale a alternativa que apresenta apenas preposições simples presentes na frase.

- (A) em, além, quem
- (B) para, em, a
- (C) para, em, da
- (D) em, a, da

Questão 05

(Correta: C)

Durante a pesquisa, o antropólogo relatou um episódio que, segundo ele, simboliza os muros que separam as classes sociais no Brasil — "uma distância até no cheiro, não só no dinheiro".

De acordo com a análise de figuras de linguagem, é correto afirmar que o trecho destacado exemplifica o uso de

- (A) metonímia, pois o "cheiro" representa o ambiente social das classes mais abastadas.
- (B) hipérbole, pois o trecho busca exagerar a distância social entre ricos e pobres para causar impacto emocional no leitor.
- (C) metáfora, pois o autor transfere o sentido literal de "cheiro" para o campo simbólico das desigualdades sociais, sugerindo que a distância entre as classes é tão profunda que se manifesta até em aspectos intangíveis e sensoriais.
- (D) ironia, pois o autor expressa o contrário do que deseja afirmar, criticando indiretamente a elite.

Questão 06

(Correta: B)

Ao final, o pesquisador conclui que as divisões entre "novos" e "tradicionais" ricos são "rinhas de rico" e defende um país com menos muros e mais pontes — um Brasil capaz de conviver com as diferenças sem transformá-las em abismos sociais.

Considerando os efeitos de sentido e o uso da linguagem, é correto afirmar que a frase apresenta

- (A) predominância de sentido denotativo.
- (B) predominância de sentido conotativo.
- (C) ausência de figuras de linguagem.
- (D) emprego exclusivo da linguagem objetiva.

Questão 07

(Correta: A)

Ela se "perguntava" se "valeria" a pena "pagar" quinze mil euros para reproduzir um perfume usado por gerações de mulheres da família.

Os verbos destacados na frase encontram-se conjugados, respectivamente, no

- (A) pretérito imperfeito do indicativo, futuro do pretérito do indicativo e infinitivo impessoal.
- (B) pretérito perfeito do indicativo, futuro do subjuntivo e infinitivo pessoal.
- (C) pretérito imperfeito do subjuntivo, futuro do presente do indicativo e infinitivo pessoal.
- (D) pretérito mais-que-perfeito do indicativo, futuro do presente e infinitivo impessoal.

Questão 08

(Correta: B)

Acredita-se, ilusoriamente, que todos podem se tornar um deles.

Assinale a alternativa correta quanto à nova pontuação sem alteração do sentido original da frase.

- (A) Acredita-se: que, ilusoriamente, todos podem se tornar um deles.
- (B) Ilusoriamente, acredita-se que todos podem se tornar um deles.
- (C) Que todos podem se tornar um deles; acredita-se ilusoriamente.
- (D) Acredita-se ilusoriamente que todos, podem se tornar um deles.

Questão 09

(Correta: B)

Consumoteca, ele afirma "que" ser rico no país é também uma questão de performance e domínio de códigos.

O termo destacado na frase classifica-se como

- (A) pronome relativo, pois estabelece relação entre o verbo "afirmar" e o termo anterior "Consumoteca".
- (B) conjunção integrante, pois introduz a oração subordinada "que ser rico no país é também uma questão de performance e domínio de códigos", completando o sentido do verbo "afirma".
- (C) pronome demonstrativo, pois retoma uma ideia expressa anteriormente no texto.
- (D) pronome indefinido, pois expressa ideia genérica e indeterminada em relação ao sujeito da oração.

Questão 10

(Correta: C)

[...] um país com menos muros e mais pontes — um

Brasil capaz de conviver com as diferenças sem transformá-"las" em abismos sociais.

O termo destacado na frase refere-se ao termo

- (A) menos muros e mais pontes
- (B) um país com menos muros e mais pontes
- (C) as diferenças
- (D) mais pontes

Conhecimentos Gerais

Questão 11

(Correta: C)

Diante das transformações da conectividade e do papel da internet no desenvolvimento social, qual iniciativa recente expressa a continuidade do compromisso brasileiro com a inclusão digital e ampliação de acesso?

- (A) O programa de inclusão digital foi totalmente encerrado por decisão governamental.
- (B) A política digital decidiu restringir a instalação de Wi-Fi público em áreas rurais.
- (C) O país reforçou compromissos para ampliação de redes de fibra óptica em áreas remotas e ao uso da rede 5G.
- (D) As iniciativas de acesso digital excluíram qualquer articulação com organismos internacionais.

Questão 12

(Correta: D)

A discussão sobre a exploração de petróleo na foz do rio Amazonas tem mobilizado diversos setores da sociedade e evidenciado tensões entre interesses econômicos, ambientais e estratégicos. Considerando esse cenário, qual das alternativas expressa a principal controvérsia atual que envolve o tema?

- (A) A defesa de que a suspensão dos projetos representa um entrave injustificado ao desenvolvimento regional e à autonomia energética nacional.
- (B) A ideia de que a exploração pode ocorrer de forma sustentável mediante compensações financeiras a comunidades tradicionais e investimentos em tecnologias de baixo impacto.
- (C) A interpretação de que os estudos ambientais realizados até o momento já são suficientes para autorizar a exploração sem risco relevante à biodiversidade.
- (D) O impasse entre o potencial econômico da exploração e a necessidade de estudos ambientais aprofundados que assegurem a proteção dos ecossistemas marinhos e costeiros da região.

Questão 13

(Correta: D)

A escolha de Belém, no Estado do Pará, como sede da 30ª Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (COP30), prevista para novembro de 2025, representa uma decisão de grande relevância política e ambiental. Considerando o contexto global e nacional da agenda climática, qual foi o principal fator que motivou essa escolha?

- (A) Compensar a ausência de conferências sobre mudanças climáticas realizadas na América do Sul desde a COP25, reforçando a representatividade regional no debate global.
- (B) Destacar o potencial turístico, econômico e ambiental da região Norte como exemplo de desenvolvimento sustentável e integração com a agenda climática internacional.
- (C) Atender ao princípio de rotatividade regional previsto entre os países signatários do Acordo de Paris, garantindo alternância entre continentes na realização das conferências.
- (D) Evidenciar o protagonismo da Amazônia nas discussões climáticas globais e aproximar as decisões internacionais das populações diretamente afetadas pelo desmatamento na região.

Questão 14

(Correta: A)

A ampliação do grupo BRICS, que reúne grandes economias emergentes, expressa mudanças na geopolítica mundial. A entrada de novos países em 2025 representa, entre outros fatores:

- (A) O fortalecimento de uma agenda multipolar e a busca de maior autonomia dos países do Sul Global frente às potências tradicionais.
- (B) A limitação da cooperação entre os países membros a questões de defesa militar.
- (C) A consolidação de um bloco de livre comércio com regras uniformes de tarifas entre os membros.
- (D) A substituição das instituições multilaterais existentes, como FMI e OMC, por organismos internos do grupo.

Questão 15

(Correta: B)

Recentemente, a população brasileira entrou em estado de alerta, depois que foram confirmados problemas de saúde e até mortes associadas ao consumo de bebidas alcoólicas. Sobre este panorama, assinale a alternativa correta.

- (A) O alerta referente à intoxicação está associado ao consumo excessivo de bebidas alcoólicas em geral
- (B) O Brasil registrou dezenas de casos confirmados de intoxicação por metanol após consumo de bebidas alcoólicas adulteradas, com investigação em curso de dezenas de outros casos.

- (C) Em resposta ao surto de intoxicação por metanol, o Brasil adotou a proibição total do consumo de bebidas alcoólicas como medida preventiva imediata.
- (D) Apesar da divulgação desses casos, não houve notificações oficiais da intoxicação por metanol.

Questão 16

(Correta: B)

A escassez hídrica em regiões subtropicais tem se tornado um problema cada vez mais recorrente e complexo, influenciado por fatores climáticos e de gestão. Considerando esse cenário, analise as assertivas a seguir:

I.A irregularidade das chuvas e a falta de modernização dos sistemas de captação e distribuição são fatores que aumentam o risco de desabastecimento urbano.

II.A ocorrência de períodos de chuva intensa elimina a necessidade de investimentos em reservatórios e estratégias de contenção hídrica.

III.A importação de água de outras regiões é uma medida viável e suficiente para solucionar definitivamente a escassez hídrica em áreas subtropicais.

IV.O uso de tecnologias descentralizadas, como sistemas de reaproveitamento de água e captação de chuva, pode contribuir, mas não substitui a necessidade de gestão integrada dos recursos hídricos.

Está correto o que se afirma em:

- (A) II e III, apenas.
- (B) I e IV, apenas.
- (C) III e IV, apenas.
- (D) I e II, apenas.

Questão 17

(Correta: B)

O debate sobre terras raras e minerais críticos tem ganhado destaque nas agendas econômicas e ambientais globais, especialmente diante da transição energética e da digitalização. Com base nesse contexto, julgue as afirmações a seguir como verdadeira (V) ou falsa (F):

() Terras raras e minerais críticos são essenciais para a produção de tecnologias limpas e de alto desempenho, como turbinas eólicas, veículos elétricos e baterias.

() A exploração de minerais críticos está diretamente relacionada à busca por fontes de energia mais sustentáveis e à redução da dependência de combustíveis fósseis.

() As terras raras são recursos de fácil extração e sem impactos ambientais relevantes, o que facilita sua exploração em larga escala.

() A crescente demanda global por minerais críticos tem reduzido o interesse de governos e empresas em

investir em pesquisas sobre reciclagem e reaproveitamento desses materiais.

A sequência correta é:

- (A) F, V, V, F.
- (B) V, V, F, F.
- (C) V, V, F, V.
- (D) F, V, F, V.

Questão 18

(Correta: C)

Os chamados acordos de "carbono de consumo" têm sido discutidos em fóruns internacionais como forma de reduzir as emissões globais de gases de efeito estufa. Esses acordos afetam principalmente países exportadores, como o Brasil, porque:

- (A) Eliminam qualquer necessidade de monitorar as emissões de carbono em cadeias produtivas destinadas à exportação.
- (B) Impedem a comercialização de produtos industrializados e permitem apenas a exportação de matérias-primas naturais.
- (C) Exigem que produtos exportados comprovem a origem sustentável e o baixo nível de emissões em todo o seu processo produtivo.
- (D) Isentam os países exportadores da necessidade de controlar as emissões de carbono, desde que o produto seja agrícola.

Questão 19

(Correta: A)

Nos desdobramentos do cessar-fogo firmado entre Israel e o Hamas, qual situação colocou o acordo em risco de reacender as tensões entre as partes envolvidas?

- (A) O impasse na devolução dos corpos de reféns israelenses mortos durante a guerra tem intensificado a desconfiança mútua.
- (B) O Hamas anunciou o desmantelamento total de seu braço armado, o que assegurou a estabilidade permanente da trégua.
- (C) As Forças de Defesa de Israel reconheceram que todos os compromissos humanitários do acordo foram plenamente atendidos, sem pendências.
- (D) A completa entrega dos corpos de todos os reféns israelenses consolidou o cumprimento integral do acordo e o fim das hostilidades.

Questão 20

(Correta: A)

A ampliação da faixa de isenção do Imposto de Renda da Pessoa Física (IRPF) proposta em 2025 pelo governo federal tem sido interpretada por economistas como uma medida de estímulo à economia de base. Nesse contexto, o principal efeito esperado pela medida é:

- (A) Elevar o poder de compra da população de menor renda, promovendo redistribuição indireta e aumento do consumo interno.
- (B) Reduzir o déficit fiscal por meio da expansão da base de contribuintes na faixa isenta.
- (C) Compensar perdas tributárias estaduais com repasses automáticos da União.
- (D) Ampliar o superávit primário pela redução imediata da arrecadação federal.

Direito Constitucional

Questão 21

(Correta: C)

Durante audiência judicial, o Procurador Municipal esclareceu que sua função é representar judicialmente o Município e prestar consultoria jurídica ao Poder Executivo.

Essa atribuição decorre do que dispõe a Constituição Federal sobre:

- (A) Ministério Público.
- (B) Poder Legislativo.
- (C) Advocacia Pública.
- (D) Defensoria Pública.

Questão 22

(Correta: A)

Em um processo de controle concentrado, o Procurador Municipal de defesa foi informado de que somente o Supremo Tribunal Federal poderia julgar ações diretas de inconstitucionalidade de leis federais e estaduais.

Essa competência é:

- (A) Originária do STF.
- (B) Delegada aos Tribunais Regionais Federais.
- (C) Recursal do STF.
- (D) Originária do STJ.

Questão 23

(Correta: C)

O Prefeito do Município de Bela Vista, ao iniciar sua gestão, encaminhou projeto de lei criando diversos cargos comissionados de "assessor administrativo", cujas atribuições incluíam tarefas como arquivamento de documentos, digitação e atendimento telefônico. Ao analisar a proposta, o Procurador Municipal emitiu parecer pela inconstitucionalidade, argumentando que tais cargos não se destinavam ao exercício de funções de confiança, mas a atividades técnicas e burocráticas.

Com base nessa situação, assinale a alternativa que apresenta a fundamentação correta e compatível com os princípios constitucionais da Administração Pública:

- (A) A nomeação para cargos comissionados de natureza técnica é legítima, desde que o ocupante possua qualificação compatível com o cargo e confiança do Prefeito.
- (B) O Poder Executivo municipal possui discricionariedade plena para definir o número e o tipo de cargos comissionados, sem controle judicial.
- (C) A criação de cargos comissionados apenas é legítima quando destinada a funções de direção, chefia ou assessoramento, pois fora dessas hipóteses há violação dos princípios da moralidade e da impessoalidade.
- (D) A criação de cargos comissionados é válida, desde que aprovada por lei municipal, independentemente da natureza das atribuições, em razão da autonomia dos entes federativos.

Questão 24

(Correta: A)

A Prefeitura do Município de Itapemirim atrasou salários de servidores por mais de 60 dias, o que motivou o Ministério Público a propor ação civil pública.

O direito violado é classificado como:

- (A) Direito social.
- (B) Direito de nacionalidade.
- (C) Direito coletivo.
- (D) Direito político.

Questão 25

(Correta: B)

O Estado de Alvorada e o Município de Santa Elisa editaram leis que tratam da criação de incentivos fiscais para atrair empresas de tecnologia. O Ministério Público questionou a validade da lei municipal, alegando que o Município não possui competência para legislar sobre matéria tributária geral, uma vez que a Constituição estabelece a necessidade de observância de normas gerais editadas pela União.

Diante dessa situação, assinale a alternativa que indica corretamente a forma como a Constituição distribui as competências legislativas entre os entes federativos nesse tema:

- (A) A União e os Estados possuem competência privativa para legislar sobre matéria tributária, sendo vedada qualquer atuação municipal.
- (B) A União edita normas gerais de direito tributário, cabendo aos Estados e ao Distrito Federal suplementá-las, e aos Municípios apenas observar tais normas na instituição de seus tributos.
- (C) Todos os entes federativos possuem igual competência para criar normas gerais sobre direito tributário e financeiro, sem hierarquia entre si.
- (D) Os Municípios têm competência concorrente plena com a União, podendo editar normas gerais sobre direito tributário sempre que houver interesse local.

Questão 26

(Correta: A)

O Procurador Municipal foi consultado sobre uma norma constitucional que estabelece o direito à saúde e à educação, mas depende de regulamentação infraconstitucional para ser plenamente aplicada.

Essa norma é classificada como de:

- (A) Eficácia limitada.
- (B) Eficácia absoluta.
- (C) Eficácia plena.
- (D) Eficácia contida.

Questão 27

(Correta: B)

Um servidor público municipal foi punido por manifestar opinião política em rede social, fora do expediente. Alegou violação à sua liberdade de expressão.

Nos termos da Constituição Federal, a liberdade de manifestação do pensamento é:

- (A) Direito social, previsto no art. 6º, da CF.
- (B) Direito individual, previsto no art. 5º, IV, da CF.
- (C) Garantia institucional, prevista no art. 37, da CF.
- (D) Direito político, previsto no art. 14, da CF.

Questão 28

(Correta: D)

Durante uma ação judicial no Município, o Procurador questionou a constitucionalidade de uma lei municipal que contrariava a Constituição Federal. O juiz do caso, ao reconhecer a inconstitucionalidade incidentalmente, aplicou diretamente a Constituição.

Nesse caso, o controle de constitucionalidade é:

- (A) Concentrado, de competência exclusiva do STF.
- (B) Abstrato, de competência dos Tribunais de Contas.
- (C) Preventivo, exercido pelo Legislativo.
- (D) Difuso, realizado pelo Poder Judiciário no caso concreto.

Questão 29

(Correta: B)

O Procurador-Geral do Município consultou sobre a possibilidade de questionar, perante o Supremo Tribunal Federal, uma lei federal que viola princípios constitucionais fundamentais.

A ação constitucional adequada seria a:

- (A) Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão (ADO).
- (B) Ação Direta de Inconstitucionalidade.
- (C) Mandado de Injunção.

(D) Ação Declaratória de Constitucionalidade (ADC).

Questão 30

(Correta: D)

Durante audiência pública sobre políticas de combate à pobreza, o Procurador Municipal de Itapeva afirmou que o Estado brasileiro, segundo a Constituição Federal, tem como fundamento a dignidade da pessoa humana e a valorização do trabalho, sendo um Estado que busca o bem de todos sem discriminação.

Dessa forma, o Procurador se referia a qual princípio constitucional fundamental?

- (A) Direito social, previsto no Art. 6º, da CF.
- (B) Objetivo fundamental, previsto no Art. 3º, da CF.
- (C) Garantia individual, constante do Art. 5º, da CF.
- (D) Fundamento da República Federativa do Brasil, conforme o Art. 1º, da CF.

Direito Administrativo

Questão 31

(Correta: C)

Um servidor municipal, em gozo de férias, utilizou o veículo oficial da Prefeitura para viagem pessoal. O Procurador instaurou procedimento disciplinar.

O servidor violou o dever funcional de:

- (A) Lealdade ao chefe imediato.
- (B) Assiduidade.
- (C) Zelar pelo patrimônio público.
- (D) Sigilo profissional.

Questão 32

(Correta: B)

Em um processo administrativo disciplinar, o Procurador do Município de Limoeiro observou que o Prefeito determinou diretamente a demissão de servidor efetivo, sem instaurar processo regular ou oportunizar defesa. O Procurador advertiu o gestor de que esse ato viola o devido processo administrativo e caracteriza abuso de poder.

Nessa situação, a conduta do Prefeito configura:

- (A) Poder de polícia, que é inerente à disciplina interna do servidor.
- (B) Abuso de poder, na modalidade excesso de poder, por agir além das atribuições legais.
- (C) Desvio de poder, pois o agente praticou ato visando interesse pessoal.
- (D) Ato discricionário legítimo, pois o Prefeito tem liberdade para aplicar sanções.

Questão 33

(Correta: C)

Durante uma reunião interna, o Procurador do Município de São Florêncio foi questionado sobre a legalidade de uma contratação direta feita pela Secretaria de Obras, sem licitação, para beneficiar empresa pertencente a parente do Secretário. O gestor alegou que o contrato trouxe "eficiência" à execução da obra. Diante disso, o Procurador foi enfático ao afirmar que tal ato viola princípios fundamentais da Administração Pública, previstos no art. 37, caput, da Constituição Federal.

Com base no caso narrado, é correto afirmar que o princípio violado foi o da:

- (A) Eficiência, pois a contratação direta demonstra falta de produtividade administrativa.
- (B) Moralidade, pois todo ato administrativo deve observar somente o cumprimento formal da lei.
- (C) Impessoalidade, pois o ato beneficiou pessoa ligada ao agente público, contrariando o interesse público.
- (D) Publicidade, pois o contrato não foi divulgado no portal da transparência.

Questão 34

(Correta: A)

A Prefeitura de Santa Bela rescindiu unilateralmente um contrato de prestação de serviços públicos por descumprimento de cláusulas contratuais pela empresa contratada. A contratada alegou que a rescisão dependia de decisão judicial.

Nesse caso, a Administração agiu de forma:

- (A) Legal, pois pode rescindir unilateralmente contratos em caso de inadimplemento.
- (B) Illegal, pois apenas o Judiciário pode rescindir contratos administrativos.
- (C) Abusiva, pois não foi oportunizada defesa ao contratado.
- (D) Nula, pois faltou motivação do ato de rescisão.

Questão 35

(Correta: C)

Em um processo administrativo, o servidor foi demitido sem que lhe fosse concedida oportunidade de defesa ou acompanhamento por advogado.

Tal decisão é:

- (A) Ineficaz apenas após o trânsito em julgado judicial.
- (B) Regular, pois houve apuração interna do fato.
- (C) Nula, por violar o contraditório e a ampla defesa.
- (D) Válida, pois o advogado é dispensável no processo administrativo.

Questão 36

(Correta: A)

O Município de São Damião pretende contratar um

artista específico para realizar show musical nas festividades locais. O Procurador orienta pela inexigibilidade de licitação, fundamentando-se na inviabilidade de competição.

De acordo com a legislação vigente, está correta a orientação do Procurador, pois:

- (A) É hipótese de inexigibilidade de licitação, conforme art. 74, III, da Lei nº 14.133/2021.
- (B) É obrigatória a licitação, ainda que o artista seja exclusivo.
- (C) A contratação deve ocorrer mediante pregão eletrônico.
- (D) É hipótese de dispensa de licitação, em razão do pequeno valor do contrato.

Questão 37

(Correta: C)

Durante obras de drenagem urbana, um caminhão da Prefeitura colidiu com um veículo particular, causando danos materiais. O Procurador Municipal reconheceu a obrigação de indenizar, ainda que o motorista público não tenha agido com culpa.

A responsabilidade do Município é:

- (A) Solidária entre o Estado e o servidor.
- (B) Subjetiva, pois depende de comprovação de dolo do agente.
- (C) Objetiva, com base no risco administrativo, conforme art. 37, §6º, da CF.
- (D) Excludente, por se tratar de ato praticado no exercício da função pública.

Questão 38

(Correta: A)

Durante a análise de um contrato, o Procurador Municipal verificou que um servidor havia praticado ato de concessão de licença sem competência legal para tanto. Apesar de atender ao interesse público, o ato foi considerado inválido.

O vício do ato está relacionado ao elemento:

- (A) Competência.
- (B) Finalidade.
- (C) Motivo.
- (D) Forma.

Questão 39

(Correta: B)

O Município de Nova Esperança instituiu, por lei, uma entidade para gerir os serviços de abastecimento de água e esgoto, dotada de personalidade jurídica de direito público, patrimônio próprio e autonomia administrativa, vinculada ao Poder Executivo.

Trata-se, conforme a classificação da administração

indireta, de uma:

- (A) Empresa pública.
- (B) Autarquia.
- (C) Fundação privada.
- (D) Sociedade de economia mista.

Questão 40

(Correta: A)

Durante uma inspeção em estabelecimentos comerciais, fiscais municipais aplicaram multas por infrações sanitárias. Uma das empresas alegou que o Município não tinha poder para impor sanções, pois não havia "ordem judicial" determinando a penalidade. O Procurador Municipal explicou que o exercício do poder de polícia dispensa intervenção judicial.

O poder exercido pelos fiscais é o:

- (A) Poder de polícia.
- (B) Poder hierárquico.
- (C) Poder regulamentar.
- (D) Poder disciplinar.

Direito Processual Civil e Direito Civil

Questão 41

(Correta: C)

O Procurador Municipal identificou que um servidor assinou contrato de doação de bem público sob grave ameaça de perder o emprego. O ato foi questionado judicialmente.

Nesse caso, o vício que torna o negócio jurídico anulável é o de:

- (A) Erro.
- (B) Lesão.
- (C) Coação.
- (D) Estado de perigo.

Questão 42

(Correta: B)

O Procurador do Município de Araucária foi consultado sobre um contrato administrativo de prestação de serviços firmado sob a vigência do Código Civil de 2002, mas iniciado antes de sua entrada em vigor. O gestor questionou qual legislação deveria reger eventual responsabilidade contratual.

Diante disso, o Procurador respondeu corretamente que:

- (A) Deve-se aplicar integralmente o novo Código Civil a todos os contratos, inclusive os anteriores.
- (B) Aplicam-se as normas do Código Civil de 1916 aos fatos ocorridos durante sua vigência e o novo Código apenas aos fatos posteriores à sua entrada em vigor.

- (C) O novo Código Civil tem efeito retroativo em relação a contratos ainda não extintos.
- (D) A escolha entre os códigos cabe à vontade das partes, desde que acordem por escrito.

Questão 43

(Correta: B)

Um cidadão ingressou com ação contra o Município em vara estadual comum. O Procurador Municipal sustentou incompetência do juízo por se tratar de causa de pequeno valor, de competência dos Juizados Especiais da Fazenda Pública.

Nesse caso, o argumento do Procurador:

- (A) Está incorreto, pois o valor da causa é irrelevante para a competência.
- (B) Está correto, pois as causas de até 60 salários mínimos devem tramitar nos Juizados da Fazenda Pública, conforme Lei nº 12.153/2009.
- (C) É indevido, pois a competência é fixada pela vontade das partes.
- (D) Está incorreto, pois as ações contra Municípios devem ser processadas exclusivamente nas varas da Fazenda Pública.

Questão 44

(Correta: B)

Após sentença transitada em julgado condenando o Município ao pagamento de indenização, o autor requereu bloqueio de valores via BacenJud. O Procurador impugnou o pedido.

Segundo o Código de Processo Civil (CPC) e a Constituição Federal de 1988 (CF), a execução contra o Município deve seguir:

- (A) A compensação com tributos devidos ao Município.
- (B) O regime de precatórios, sendo vedada a penhora direta de valores públicos.
- (C) A execução forçada comum, com penhora de contas públicas.
- (D) O pagamento imediato por depósito judicial.

Questão 45

(Correta: D)

Durante análise de contrato de locação municipal, o Procurador observou que o locatário pretendia liberar-se da obrigação de pagar aluguel por depósito judicial do valor integral, devido à recusa injusta do credor em receber.

Esse procedimento caracteriza:

- (A) Dação em pagamento.
- (B) Novação.
- (C) Compensação.

(D) Consignação em pagamento, forma regular de extinção da obrigação.

Questão 46

(Correta: D)

Um servidor municipal, ao dirigir veículo oficial em serviço, colidiu com um carro particular, causando danos. O particular ajuizou ação contra o Município.

Com base na Constituição Federal e no Código Civil, a responsabilidade do Município é:

- (A) Subjetiva, exigindo culpa comprovada do agente.
- (B) Subsidiária, pois o responsável direto é o servidor.
- (C) Solidária com o agente público.
- (D) Objetiva, bastando comprovar o dano e o nexo causal.

Questão 47

(Correta: C)

Em ação de cobrança ajuizada contra o Município, o Procurador foi intimado para contestar, mas verificou que a petição inicial não continha o pedido de forma clara e determinada.

Com base no CPC, o juiz deve:

- (A) Indeferir de imediato a inicial, sem possibilidade de correção.
- (B) Proferir sentença terminativa de extinção com resolução do mérito.
- (C) Determinar que o autor emende a petição inicial, sob pena de indeferimento.
- (D) Julgar improcedente o pedido, por ausência de interesse processual.

Questão 48

(Correta: A)

Durante ação de interdição, o Procurador Municipal verificou que o requerido, portador de doença mental leve, conseguia administrar seus bens e manifestar vontade com lucidez em situações comuns.

De acordo com o Código Civil, essa pessoa é considerada:

- (A) Relativamente incapaz, pois apenas necessita de assistência para certos atos da vida civil.
- (B) Plenamente incapaz, devendo ser representada em todos os atos jurídicos.
- (C) Absolutamente incapaz, por possuir diagnóstico de enfermidade mental.
- (D) Inteiramente capaz, pois a incapacidade cessa com a maioridade civil.

Questão 49

(Correta: C)

Em ação civil pública contra o Município, o Procurador interpôs apelação contra sentença que condenou a Administração ao pagamento de indenização. O Tribunal negou provimento e, posteriormente, o Município buscou rediscutir o mérito em nova ação.

O ajuizamento dessa nova ação é:

- (A) Permitido, pois a Administração pode revisar atos a qualquer tempo.
- (B) Aceito, se houver mudança de gestor municipal.
- (C) Vedado, pois a matéria está acobertada pela coisa julgada material.
- (D) Admissível, pois a Fazenda Pública tem prerrogativa de reexame do mérito.

Questão 50

(Correta: D)

Em ação indenizatória contra o Município, o autor alegou dano moral decorrente de falha na prestação de serviço público, mas não apresentou provas. O Procurador, em contestação, sustentou ausência de elementos mínimos de prova.

Nessa situação, o ônus da prova cabe:

- (A) Ao juiz, que pode determinar provas de ofício.
- (B) Ao Município, por se tratar de relação de consumo.
- (C) A ambos, de forma igualitária.
- (D) Ao autor, que deve comprovar o fato constitutivo de seu direito.

Direito Tributário, Financeiro e Orçamentário

Questão 51

(Correta: B)

Durante auditoria, o Procurador verificou que o Município pretendia lançar IPTU referente a 2016, somente em 2023.

De acordo com o CTN, essa cobrança é:

- (A) Regular, pois a Fazenda pode constituir crédito a qualquer tempo.
- (B) Decadente, pois ultrapassado o prazo de cinco anos para constituição do crédito tributário.
- (C) Suspensa, por ausência de notificação do contribuinte.
- (D) Prescrita, pois o prazo para cobrança judicial é de cinco anos após o lançamento.

Questão 52

(Correta: C)

Uma fundação educacional sem fins lucrativos, reconhecida como de utilidade pública, foi cobrada de ISS pelo Município. O Procurador foi questionado se o ente público poderia manter a cobrança.

A resposta correta é:

- (A) A isenção e a imunidade produzem os mesmos efeitos, podendo ser revogadas por lei municipal.
- (B) A imunidade é automática, bastando o registro da entidade.
- (C) A fundação é imune ao ISS se atender aos requisitos constitucionais do art. 150, VI, "c", da CF.
- (D) A imunidade só se aplica a tributos federais.

Questão 53

(Correta: B)

Uma empresa de transporte urbano foi incorporada por outra. Após a incorporação, o Município cobrou débitos de ISS da empresa sucedida. A incorporadora alegou não ser responsável.

O Procurador esclareceu que:

- (A) A responsabilidade depende de decisão judicial prévia.
- (B) A empresa incorporadora responde pelos tributos devidos até a data do ato de incorporação, nos termos do art. 132 do CTN.
- (C) A incorporadora não responde por débitos anteriores, salvo fraude comprovada.
- (D) A sucessão só ocorre em relação a tributos federais.

Questão 54

(Correta: C)

Durante fiscalização, o Procurador identificou que determinado lote urbano sem edificação estava sendo cobrado com base de cálculo idêntica à de imóveis edificados. O contribuinte questionou a legalidade do lançamento do IPTU.

Nesse caso, o Procurador deve esclarecer que:

- (A) O tributo só é devido após o registro do imóvel em cartório.
- (B) A cobrança é ilegal, pois o IPTU somente incide sobre imóveis edificados.
- (C) O fato gerador do IPTU é a propriedade do imóvel urbano, independentemente de edificação.
- (D) O fato gerador é o uso do solo, e não a propriedade.

Questão 55

(Correta: B)

Um contribuinte questionou a legitimidade de autuação lavrada por autarquia municipal, sustentando que apenas o Município poderia exercer competência tributária. O Procurador explicou que a autarquia tem capacidade ativa tributária, desde que autorizada por lei.

Nesse contexto, é correto afirmar que:

- (A) A capacidade tributária e a competência se confundem, não havendo delegação possível.

- (B) A competência tributária é indelegável, mas a capacidade ativa pode ser delegada à autarquia.
- (C) O ente político pode transferir tanto a competência quanto a titularidade do tributo.
- (D) A autarquia possui competência tributária própria e plena.

Questão 56

(Correta: B)

O Procurador do Município foi informado de que contribuintes ingressaram com impugnação administrativa contra autos de infração. O gestor questionou se o crédito poderia ser cobrado antes da decisão.

O Procurador respondeu corretamente que:

- (A) O crédito deve ser imediatamente inscrito em dívida ativa.
- (B) A impugnação administrativa suspende a exigibilidade do crédito tributário, conforme art. 151, III, do CTN.
- (C) A suspensão depende de autorização judicial.
- (D) A impugnação não afeta a exigibilidade, apenas interrompe a prescrição.

Questão 57

(Correta: D)

O Prefeito de Alto Aricanga determinou aumento de gastos com pessoal em período inferior a 180 dias do final de seu mandato, alegando que havia previsão orçamentária. O Procurador advertiu que o ato violava a Lei de Responsabilidade Fiscal.

De acordo com a LRF, essa conduta:

- (A) É válida, se houver disponibilidade orçamentária.
- (B) Pode ser convalidada pelo próximo gestor.
- (C) É regular, desde que o limite prudencial não seja ultrapassado.
- (D) É vedada, pois configura aumento de despesa com pessoal nos 180 dias finais do mandato, conforme Art. 21, parágrafo único, da LRF.

Questão 58

(Correta: A)

O Município de Vila Bela ajuizou execução fiscal contra empresa inadimplente. O Procurador recebeu embargos à execução alegando nulidade da Certidão de Dívida Ativa (CDA) por ausência do número do processo administrativo.

Segundo o Código Tributário Nacional (CTN) e a Lei nº 6.830/1980 (Lei de Execuções Fiscais), tal vício:

- (A) Não acarreta nulidade, desde que constem os elementos essenciais do crédito.

- (B) Torna a execução nula, devendo o Município refazer a CDA.
- (C) Suspende o processo até a complementação das informações.
- (D) Implica prescrição imediata do crédito.

Questão 59

(Correta: D)

O Prefeito de uma pequena cidade determinou a instituição de uma nova taxa de iluminação pública, com cobrança retroativa aos últimos dois anos. O Procurador Municipal foi consultado sobre a constitucionalidade da medida.

Com base nos princípios constitucionais tributários, o Procurador deve esclarecer que:

- (A) A retroatividade é possível, desde que o contribuinte seja previamente notificado.
- (B) O princípio da anterioridade autoriza a cobrança retroativa quando aprovada por lei.
- (C) A cobrança é válida, pois as taxas não estão sujeitas à irretroatividade.
- (D) A cobrança retroativa viola o princípio da irretroatividade tributária, previsto no art. 150, III, "a", da Constituição Federal.

Questão 60

(Correta: B)

Uma empresa impetrou mandado de segurança contra o Município para impedir cobrança de ISS sobre atividade isenta. O Procurador foi intimado para manifestação.

O cabimento do mandado de segurança se justifica porque:

- (A) Pode ser utilizado para discutir matéria de fato dependente de prova pericial.
- (B) Visa proteger direito líquido e certo violado por ato ilegal de autoridade pública.
- (C) Serve como substitutivo de ação de repetição de indébito.
- (D) Impede definitivamente o lançamento tributário.

Direito Eleitoral

Questão 61

(Correta: D)

Durante o período eleitoral, o Procurador Eleitoral recebeu denúncia de que o Secretário Municipal de Obras estaria exigindo votos de servidores comissionados, sob ameaça de exoneração.

Essa conduta caracteriza:

- (A) Conduta administrativa irregular, sem repercussão eleitoral.

- (B) Infração disciplinar interna, mas sem natureza criminal.
- (C) Propaganda eleitoral irregular, pois envolve uso indevido de redes sociais.
- (D) Abuso de poder político e crime eleitoral, pois utiliza cargo público para coagir servidores em benefício eleitoral.

Questão 62

(Correta: B)

Após as eleições municipais, um candidato a prefeito apresentou suas contas de campanha com notas fiscais emitidas por empresa cujo sócio era servidor comissionado da própria Prefeitura. O Procurador Eleitoral questionou a regularidade do gasto.

Considerando as regras da prestação de contas e da moralidade administrativa, é correto afirmar que:

- (A) O gasto é regular, desde que a nota fiscal tenha sido emitida corretamente.
- (B) O gasto é irregular, pois configura conflito de interesse e uso indireto de estrutura pública em benefício de campanha.
- (C) A prestação de contas não deve avaliar vínculos societários, mas apenas valores declarados.
- (D) A irregularidade só ocorre se o servidor público tiver participado ativamente da campanha.

Questão 63

(Correta: D)

O Procurador Eleitoral do Município foi chamado a opinar sobre denúncia de que determinado candidato a vereador estaria arrecadando recursos de campanha antes da abertura da conta bancária específica para o pleito.

De acordo com a legislação eleitoral, tal conduta é:

- (A) Permitida, desde que os valores sejam posteriormente declarados.
- (B) Aceita, se o candidato utilizar recursos próprios.
- (C) Regular, se o valor arrecadado for inferior ao limite de gastos da candidatura.
- (D) Irregular, pois a arrecadação de recursos antes da abertura da conta de campanha é vedada e pode levar à rejeição das contas e aplicação de multa.

Questão 64

(Correta: D)

Durante o período pré-eleitoral, o Procurador do Município de Aramar detectou que o Prefeito divulgava, nas redes sociais oficiais da Prefeitura, vídeos com slogans e elogios à própria gestão, destacando obras e serviços realizados.

Com base na Lei nº 9.504/1997, essa conduta:

- (A) É regular, desde que o conteúdo seja divulgado apenas no perfil pessoal do Prefeito.
- (B) É lícita, por se tratar de prestação de contas de governo.
- (C) É permitida, desde que não mencione expressamente pedido de voto.
- (D) É vedada, pois caracteriza propaganda eleitoral antecipada e uso indevido de meio institucional para promoção pessoal.

Questão 65

(Correta: D)

O Procurador Municipal de Santa Luzia foi consultado sobre a possibilidade de o Secretário de Finanças do Município candidatar-se a prefeito na próxima eleição. O servidor afirmou que se afastaria do cargo apenas no dia anterior ao registro de candidatura.

De acordo com a Constituição Federal e a Lei Complementar nº 64/1990, o Secretário Municipal que pretende concorrer ao cargo de Prefeito deve:

- (A) Não precisa afastar-se, pois o cargo é de livre nomeação e exoneração.
- (B) Afastar-se apenas no dia do registro, pois não exerce função incompatível com candidatura.
- (C) Afastar-se somente se houver conflito de interesse com outros candidatos.
- (D) Afastar-se definitivamente do cargo até 6 meses antes do pleito, sob pena de inelegibilidade.

Direito Penal e Processual Penal

Questão 66

(Correta: A)

Em ação penal contra um ex-secretário municipal, o Ministério Público requereu a condenação com base em interceptações telefônicas realizadas sem prévia autorização judicial. O Procurador do Município, atuando como assistente de acusação, questionou a validade da prova.

De acordo com os princípios processuais penais, tal prova é:

- (A) Ilícita, pois obtida sem ordem judicial, devendo ser desentranhada dos autos.
- (B) Lícita, desde que comprovada a veracidade do conteúdo.
- (C) Válida, pois o interesse público prevalece sobre a intimidade do investigado.
- (D) Válida, se o investigado tiver confessado os fatos posteriormente.

Questão 67

(Correta: B)

Durante operação policial, um servidor municipal foi

preso em flagrante por suposta prática de corrupção passiva. O Procurador da Câmara Municipal argumentou que, por ser réu primário e possuir residência fixa, não deveria permanecer preso.

De acordo com o Código de Processo Penal, o juiz poderá:

- (A) Condicionar a liberdade à confissão do acusado.
- (B) Conceder liberdade provisória, mediante fiança, se ausentes os requisitos da prisão preventiva.
- (C) Converter automaticamente o flagrante em preventiva, sem manifestação do Ministério Público.
- (D) Indeferir o pedido, pois a prisão em flagrante não admite substituição.

Questão 68

(Correta: C)

O Procurador do Município de Novo Horizonte tomou conhecimento de que um servidor da Secretaria de Saúde utilizou o veículo oficial para transportar mercadorias particulares e auferir lucro com o serviço.

Nesse caso, a conduta configura:

- (A) Improbidade administrativa sem repercussão penal.
- (B) Desvio de finalidade administrativa, sem enquadramento criminal.
- (C) Peculato de uso, crime contra a administração pública, ainda que não haja prejuízo patrimonial direto.
- (D) Corrupção passiva, pois o servidor obteve vantagem indevida.

Questão 69

(Correta: D)

Durante uma audiência pública, um vereador do Município de Bela Esperança agrediu fisicamente um cidadão após discussão. Posteriormente, foi alegado que o autor do fato agiu sob efeito de forte emoção, imediatamente após injusta provocação da vítima. O Procurador Municipal, ao acompanhar o caso, explicou que a conduta não exclui o crime, mas pode reduzir a pena.

Essa hipótese configura:

- (A) Excludente de culpabilidade, por ausência de dolo.
- (B) Desclassificação automática para lesão corporal culposa.
- (C) Causa de exclusão da ilicitude, por legítima defesa da honra.
- (D) Causa de diminuição de pena, conhecida como homicídio privilegiado, se presentes os requisitos legais.

Questão 70

(Correta: A)

O Procurador do Município de Monte Azul foi informado de que um fiscal municipal deixou de aplicar multa a um comerciante por falta de licença sanitária, após receber promessa de doação política futura.

Nesse caso, o fiscal cometeu:

- (A) Corrupção passiva, pois solicitou vantagem indevida em razão da função pública.
- (B) Peculato, pois apropriou-se de bem público.
- (C) Prevaricação, pois retardou ato de ofício por interesse pessoal.
- (D) Concussão, pois exigiu vantagem indevida.

Direito do Trabalho e Direito Processual do Trabalho

Questão 71

(Correta: A)

O Procurador do Município de Alvorada foi acionado por servidores celetistas contratados pela autarquia municipal, alegando que o gestor havia alterado unilateralmente seus locais de trabalho, impondo transferência para outra cidade sem justificativa administrativa. O gestor afirmou que tal medida estava dentro do seu "poder de direção".

Nessa situação, de acordo com os princípios do Direito do Trabalho, a alteração contratual é:

- (A) Nula, pois a transferência que acarreta prejuízo ao empregado sem necessidade do serviço caracteriza alteração lesiva, vedada pelo art. 468 da CLT.
- (B) Válida, pois o empregador tem poder de direção amplo e pode alterar o contrato conforme sua conveniência.
- (C) Regular, desde que os empregados sejam comunicados com antecedência mínima de 30 dias.
- (D) Legítima, desde que os empregados recebam ajuda de custo para a mudança.

Questão 72

(Correta: C)

Após sentença condenatória contra a empresa pública municipal, o juiz determinou bloqueio em contas do Município. O Procurador Municipal impugnou o ato, alegando violação ao regime de precatórios.

Com base na jurisprudência consolidada, o juiz deve:

- (A) Determinar o pagamento imediato, sob pena de multa diária.
- (B) Manter o bloqueio judicial, pois a Fazenda Pública não goza de privilégios na execução trabalhista.
- (C) Determinar o levantamento do bloqueio nas contas do Município, direcionando a execução ao patrimônio da empresa pública devedora, que em regra não se submete a precatórios.

- (D) Converter o bloqueio em arresto para garantir futura liquidação.

Questão 73

(Correta: D)

Uma servidora pública municipal contratada sob o regime celetista foi dispensada sem justa causa durante a gestação. O Prefeito alegou desconhecer o estado gravídico. A trabalhadora ingressou com reclamação trabalhista, pleiteando reintegração.

Conforme a jurisprudência do TST e a Constituição Federal, a dispensa é:

- (A) Válida, pois o desconhecimento do estado gravídico afasta a obrigação de reintegração.
- (B) Regular, desde que a servidora receba indenização simples.
- (C) Ineficaz, mas apenas se o parto ocorrer antes da sentença.
- (D) Nula, pois a empregada gestante possui estabilidade provisória desde a confirmação da gravidez até cinco meses após o parto, independentemente de o empregador ter conhecimento da gravidez.

Questão 74

(Correta: B)

O Município de Aurora foi demandado por um engenheiro contratado sob o regime estatutário, que ajuizou ação trabalhista cobrando horas extras. O Procurador questionou a competência da Justiça do Trabalho para julgar o caso.

Diante dessa situação, é correto afirmar que:

- (A) O servidor pode escolher entre Justiça Comum e Justiça do Trabalho.
- (B) A Justiça do Trabalho é incompetente, pois o vínculo é de natureza estatutária.
- (C) O vínculo é híbrido, e cabe ao juiz decidir em conflito de competência.
- (D) A Justiça do Trabalho é competente, pois toda relação entre servidor e Administração é relação de trabalho.

Questão 75

(Correta: D)

Durante fiscalização em hospital municipal, constatou-se que enfermeiros estavam cumprindo jornada de 12 horas diárias sem concessão de intervalo intrajornada. O Procurador do Município alegou que, por se tratar de atividade essencial, a supressão do intervalo seria lícita.

De acordo com a legislação trabalhista e a jurisprudência do TST, tal prática é:

- (A) Legítima, se houver previsão em acordo verbal entre empregado e empregador.

- (B) Regular, desde que a compensação ocorra com folga semanal.
- (C) Permitida, pois a necessidade do serviço público prevalece sobre o descanso.
- (D) Irregular, pois a supressão do intervalo intrajornada viola norma de ordem pública e gera direito ao pagamento de uma hora extra, conforme Súmula 437 do TST.

Direito Previdenciário

Questão 76

(Correta: D)

O Município de Alvorada possui regime próprio de previdência social (RPPS). Um servidor efetivo questionou o Procurador sobre a possibilidade de filiar-se também ao Regime Geral (RGPS) para obter dupla aposentadoria pelo mesmo vínculo.

Com base nas normas previdenciárias, o Procurador esclareceu que:

- (A) O servidor pode contribuir aos dois regimes, desde que opte por um benefício ao se aposentar.
- (B) É facultada a dupla filiação, desde que o servidor arque com as duas contribuições.
- (C) A vedação à dupla filiação não se aplica aos entes municipais.
- (D) O servidor efetivo vinculado a RPPS não pode contribuir simultaneamente ao RGPS pelo mesmo cargo.

Questão 77

(Correta: A)

O Procurador do Município de Santa Eulália foi consultado por um vereador que questionava a constitucionalidade de um projeto de lei que previa a destinação exclusiva de receitas da seguridade social para custear despesas de infraestrutura urbana.

Com base na Constituição Federal, o Procurador respondeu corretamente que:

- (A) As receitas da seguridade social devem ser destinadas exclusivamente ao custeio das ações de saúde, previdência e assistência social, conforme o princípio da contrapartida.
- (B) As receitas podem ser livremente aplicadas pelo Município, desde que destinadas ao bem-estar coletivo.
- (C) As receitas da seguridade podem financiar qualquer despesa pública de caráter social.
- (D) O uso das receitas para fins diversos é permitido mediante aprovação legislativa.

Questão 78

(Correta: A)

Uma servidora municipal efetiva, vinculada ao RPPS, foi

aposentada por invalidez permanente em 2015. Após reforma da EC nº 103/2019, questionou se teria direito à revisão automática dos proventos conforme novas regras.

O Procurador Municipal esclareceu que:

- (A) As regras da EC nº 103/2019 aplicam-se apenas aos benefícios concedidos após sua entrada em vigor.
- (B) Todos os benefícios anteriores devem ser automaticamente revisados.
- (C) A EC nº 103/2019 retroage para alcançar benefícios anteriores.
- (D) A revisão é obrigatória para uniformizar o cálculo dos benefícios.

Questão 79

(Correta: B)

Durante análise das contas anuais do RPPS municipal, o Procurador constatou que o Prefeito havia reduzido a alíquota de contribuição patronal sem estudo atuarial.

Essa conduta:

- (A) É válida, pois o Município tem autonomia para fixar as alíquotas de contribuição.
- (B) Viola o princípio do equilíbrio financeiro e atuarial, podendo configurar renúncia de receita.
- (C) É legítima se houver previsão em lei local.
- (D) É inócua, já que o RPPS pode ser custeado por recursos orçamentários.

Questão 80

(Correta: B)

O Procurador Municipal foi procurado por viúva de servidor aposentado do RPPS, falecido em 2021, que questionava a redução do valor da pensão por morte.

O Procurador explicou corretamente que:

- (A) A pensão por morte deve corresponder sempre à totalidade dos proventos do falecido.
- (B) A EC nº 103/2019 alterou a forma de cálculo da pensão, fixando 50% do valor da aposentadoria, acrescido de 10% por dependente, até o limite de 100%.
- (C) O benefício é limitado a um salário mínimo, independentemente do cargo.
- (D) O valor da pensão é integral apenas se o falecido não for aposentado.

Direito Urbanístico e Ambiental

Questão 81

(Correta: A)

Durante inspeção em uma obra pública municipal, o Procurador constatou que o empreiteiro havia realizado descarte irregular de resíduos de construção em área de

preservação permanente. O Prefeito alegou que o Município não poderia ser responsabilizado, pois o dano fora causado por empresa contratada.

Com base nos princípios do Direito Ambiental, o Procurador explicou corretamente que:

- (A) O Município responde solidariamente com o particular, em razão do princípio do poluidor-pagador e da responsabilidade objetiva pelo dano ambiental.
- (B) A responsabilidade é exclusivamente penal, não alcançando o ente público.
- (C) Apenas o empreiteiro responde, já que foi o causador direto do dano.
- (D) O Município não responde, pois a responsabilidade ambiental é sempre subjetiva.

Questão 82

(Correta: C)

O Procurador foi designado para acompanhar audiência pública sobre a revisão do Plano Diretor do Município. Durante o debate, um empresário afirmou que o Plano Diretor era mera recomendação, sem força normativa.

Com base no Estatuto da Cidade, o Procurador esclareceu que:

- (A) O Plano Diretor é apenas diretriz política, sem obrigatoriedade de cumprimento.
- (B) O Plano Diretor é elaborado apenas para fins de planejamento territorial rural.
- (C) O Plano Diretor é instrumento básico da política de desenvolvimento urbano, com força normativa e caráter vinculante.
- (D) O Plano Diretor tem aplicação facultativa, dependendo da vontade do Prefeito.

Questão 83

(Correta: D)

O Procurador foi chamado para orientar o Prefeito sobre a autorização de um loteamento próximo a nascente de rio que abastece parte do Município. O gestor alegou que a área pertencia a particular e que, portanto, o Município não tinha dever de proteção.

O Procurador respondeu corretamente que:

- (A) A propriedade privada prevalece sobre a proteção ambiental.
- (B) O Município somente deve atuar em áreas públicas.
- (C) O licenciamento ambiental é dispensável em imóveis particulares.
- (D) Os bens ambientais, ainda que privados, possuem função social e estão sujeitos ao dever de proteção do Poder Público.

Questão 84

(Correta: A)

Durante operação conjunta, fiscais ambientais apreenderam caminhão da Prefeitura despejando lixo em terreno particular sem licença ambiental. O Procurador foi chamado para avaliar a possível responsabilização penal do gestor.

A conduta do gestor público, nesse caso, pode configurar:

- (A) Crime ambiental, por disposição inadequada de resíduos sólidos, previsto na Lei Federal nº 9.605 de 1998.
- (B) Infração civil, passível apenas de multa e reparação.
- (C) Ato administrativo irregular, mas sem repercussão penal.
- (D) Crime de responsabilidade, excluído do âmbito da Lei Federal nº 9.605 de 1998.

Questão 85

(Correta: B)

O Procurador foi solicitado a emitir parecer sobre programa municipal de regularização de moradias construídas em área urbana consolidada. O objetivo era garantir o título de propriedade aos ocupantes de baixa renda.

Com base na Lei Federal nº 13.465 de 2017, o Procurador informou que essa modalidade de regularização é classificada como:

- (A) Regularização fundiária de interesse específico, voltada a empreendimentos empresariais.
- (B) Regularização fundiária de interesse social, destinada a famílias de baixa renda.
- (C) Ocupação consolidada, mas sem previsão legal de titulação.
- (D) Reintegração fundiária, voltada à retomada do imóvel pelo Município.

Direitos Humanos

Questão 86

(Correta: B)

Durante palestra sobre políticas públicas, o Procurador ressaltou que a evolução dos direitos humanos no Brasil se consolidou em fases, com ampliação progressiva de direitos civis, políticos e sociais.

Essa classificação decorre da teoria das:

- (A) Fases de positivação penal dos direitos fundamentais.
- (B) Dimensões ou gerações dos direitos humanos.
- (C) Correntes hermenêuticas do constitucionalismo.
- (D) Espécies normativas constitucionais.

Questão 87

(Correta: B)

O Procurador do Município de Santa Aurora foi acionado para analisar denúncia de que servidores públicos estariam submetendo imigrantes a tratamento discriminatório em serviço. Em parecer, o Procurador destacou que os direitos humanos são universais e inerentes à dignidade da pessoa, devendo ser respeitados por todos, independentemente de nacionalidade.

Essa manifestação do Procurador está fundamentada no princípio da:

- (A) Territorialidade, segundo a qual apenas cidadãos nacionais são titulares de direitos humanos.
- (B) Universalidade dos direitos humanos, que garante proteção a todas as pessoas, sem distinções.
- (C) Relatividade cultural, que condiciona os direitos humanos aos costumes locais.
- (D) Soberania absoluta do Estado, que permite restringir direitos humanos por decisão administrativa.

Questão 88

(Correta: A)

O Procurador foi questionado por um vereador sobre a hierarquia dos tratados internacionais de direitos humanos incorporados ao ordenamento jurídico brasileiro.

Com base na Constituição Federal, o Procurador esclareceu que:

- (A) Os tratados internacionais de direitos humanos aprovados com quórum de emenda constitucional possuem status equivalente às normas constitucionais.
- (B) Todos os tratados internacionais possuem valor de lei ordinária.
- (C) Os tratados internacionais de direitos humanos têm hierarquia inferior à Constituição e às leis complementares.
- (D) Os tratados internacionais são normas supralegais, mas nunca constitucionais.

Questão 89

(Correta: D)

Um cidadão foi vítima de violência policial em operação municipal. O Procurador foi chamado a emitir parecer sobre a responsabilidade estatal.

De acordo com a Constituição Federal e a teoria dos direitos humanos, o Estado:

- (A) Só responde civilmente após decisão criminal condenatória.
- (B) É isento de responsabilidade em atos praticados em serviço público.
- (C) Responde apenas mediante prova de culpa do agente.

- (D) É objetivamente responsável por atos de seus agentes que violem direitos humanos.

Questão 90

(Correta: B)

Durante reunião do Conselho Municipal de Promoção da Igualdade Racial, o Procurador foi provocado a se manifestar sobre medidas para garantir o livre exercício de cultos de matriz africana, que vinham sofrendo atos de hostilidade em espaços públicos.

Segundo o Estatuto da Igualdade Racial (Lei Federal nº 12.288 de 2010), o Poder Público deve:

- (A) Restringir manifestações de natureza religiosa em locais públicos.
- (B) Adotar políticas que assegurem a proteção e a valorização das manifestações culturais e religiosas de matriz africana, promovendo o combate à intolerância.
- (C) Promover o ensino apenas de religiões majoritárias nas escolas.
- (D) Manter postura neutra e não interferir em manifestações religiosas.

Legislação Municipal

Questão 91

(Correta: D)

Segundo o Código de Ética dos Servidores de Pedro Canário, constitui falta ética grave:

- (A) Solicitar feedback sobre desempenho.
- (B) Manter amizade com colegas de trabalho.
- (C) Sugerir melhorias administrativas.
- (D) Utilizar cargo público para obter vantagem pessoal.

Questão 92

(Correta: B)

A Lei Complementar nº 24/2010 alterou o Código Tributário de Pedro Canário para tratar sobre:

- (A) Atualização dos valores de multas e juros.
- (B) Alteração de dispositivos relativos ao lançamento e ao crédito tributário.
- (C) Inclusão de novas taxas municipais.
- (D) Isenção de IPTU a templos religiosos.

Questão 93

(Correta: D)

O fato gerador do Imposto Predial e Territorial Urbano no Município de Pedro Canário é:

- (A) A transmissão onerosa de bens imóveis.
- (B) O exercício de atividade comercial.
- (C) A prestação de serviços.

- (D) A propriedade, domínio útil ou posse de imóvel urbano.

Questão 94

(Correta: C)

De acordo com a Lei Orgânica do Município de Pedro Canário/ES, o Prefeito poderá ser afastado preventivamente de suas funções, por decisão da Câmara Municipal, após o recebimento da denúncia por infração político-administrativa, pelo prazo de até 180 (cento e oitenta) dias, para garantir a regularidade do processo.

Essa previsão corresponde à:

- (A) Suspensão definitiva determinada pelo Tribunal de Contas.
- (B) Afastamento automático a partir do protocolo da denúncia.
- (C) Medida de afastamento preventivo de até 180 dias após o recebimento da denúncia pela Câmara Municipal.
- (D) Afastamento cautelar apenas por decisão judicial.

Questão 95

(Correta: C)

As taxas de licenciamento ambiental de Pedro Canário incidem sobre:

- (A) Atividades de lazer e cultura.
- (B) Qualquer atividade econômica do Município.
- (C) Empreendimentos e atividades potencialmente poluidoras.
- (D) Serviços públicos essenciais.

Questão 96

(Correta: D)

De acordo com o Estatuto dos Servidores Públicos de Pedro Canário, o estágio probatório tem duração de:

- (A) Um ano.
- (B) Quatro anos.
- (C) Dois anos.
- (D) Três anos.

Questão 97

(Correta: B)

O Conselho Municipal de Meio Ambiente de Pedro Canário, criado pela Lei nº 1.299/2017, possui caráter:

- (A) Político e legislativo.
- (B) Consultivo e deliberativo.
- (C) Apenas fiscalizador.
- (D) Judicial e sancionador.

Questão 98

(Correta: A)

Segundo a Lei Orgânica de Pedro Canário, o Plano Plurianual é o instrumento que:

- (A) Estabelece metas e prioridades da administração pública para um período de quatro anos.
- (B) Define as despesas anuais do governo.
- (C) Trata apenas de obras emergenciais.
- (D) Regula exclusivamente o orçamento da Câmara Municipal.

Questão 99

(Correta: D)

A Lei Complementar Municipal nº 048/2023 alterou o artigo 128 da LC nº 008/2008 para tratar, principalmente, de:

- (A) Licença para interesses particulares.
- (B) Afastamento para qualificação profissional.
- (C) Desempenho de mandato classista.
- (D) Regras de pagamento do décimo terceiro vencimento, incluindo adiantamento, restituição proporcional e hipóteses de afastamento para ajuste do cálculo.

Questão 100

(Correta: C)

O Plano Diretor de Pedro Canário estabelece que a função social da propriedade urbana é cumprida quando:

- (A) É ocupada por qualquer atividade econômica.
- (B) É utilizada exclusivamente para moradia.
- (C) Atende às exigências do ordenamento territorial e às normas urbanísticas.
- (D) Está localizada em área rural.

DISCURSIVA



LEIA ATENTAMENTE AS INSTRUÇÕES ABAIXO:

Conforme estabelecido em Edital, a prova discursiva consistirá em uma 1 (uma) Peça Profissional, e destinar-se-á a avaliar o domínio do conteúdo dos temas abordados, baseada em tópicos do conteúdo programático para Procurador. A prova discursiva deverá ser respondida em, no mínimo, 20 (vinte) linhas e, no máximo, 40 (quarenta) linhas. Não será permitido exceder o limite de linhas contidas no formulário de resposta e/ou escrever fora do local indicado para resposta, caso isso ocorra, serão desconsideradas as linhas extras.

Conforme previsto no edital de abertura, será atribuída nota **ZERO** à discursiva que:

- a) Não observar as orientações presentes no caderno de questões;
- b) Com quantidade de linhas inferior ao mínimo solicitado;
- c) Conter assinatura, rubrica e/ou qualquer palavra e/ou marca que identifique o candidato, nas linhas destinadas à transcrição do texto e suas extremidades;
- d) Apresentar textos sob forma não articulada verbalmente (apenas com desenhos, números e palavras soltas ou em versos);
- e) Estiver em branco;
- f) Fugir, integralmente, à tipologia textual de texto solicitada e/ou ao tema proposto;
- g) Apresentar qualquer sinal que, de alguma forma, possibilite a identificação do candidato;
- h) For escrita a lápis, em parte ou em sua totalidade;
- i) Apresentar letra ilegível e/ou incompreensível;
- j) Apresentar texto escrito com expressões injuriantes, discriminatórias e/ou abusivas.

Observe, ainda:

1. O rascunho da prova discursiva deverá ser feito no espaço apropriado. Seu preenchimento é facultativo, sendo assim, **NÃO** será avaliado;
2. O candidato **NÃO** poderá efetuar consulta a quaisquer fontes ou meios de consulta;
3. A prova discursiva deverá ser redigida de forma clara e sem rasuras pelo próprio candidato, à mão, em letra legível, com caneta esferográfica de tinta azul ou preta de material transparente;
4. A prova discursiva **NÃO** deverá apresentar cópia de questões da prova ou dos textos motivadores;
5. Ao concluir a prova, entregue ao fiscal de sala o cartão de respostas;
6. A Folha de Respostas Definitivas conterá um cartão numerado e destacável. Este cartão numerado será destacado pelo fiscal, conforme demarcação, e entregue ao candidato;
7. Na Folha de Respostas Definitivas, os campos destinados aos dados identificadores do candidato são de uso exclusivo para o controle interno do IDCAP, sendo estes suprimidos para o processo de correção.

Questão 01

(Correta: A)

Palmira, 23 anos, moradora do município de X, ajuizou, em 20 de fevereiro de 2020, ação indenizatória de procedimento comum em face do Município de Y.

A demanda foi proposta na Comarca de Y.

Alega na inicial, em síntese, que, no dia 15 de janeiro de 2014, durante a madrugada, ocorreu sério acidente rodoviário em uma movimentada rua de X, que causou a morte de Arnaldinho, 66 anos, e de seu filho menor de idade, Fernando.

A vítima fatal, Arnaldinho, era gerente financeiro de grande companhia e estava cotado para ser promovido a diretor, além disso, era companheiro da autora Palmira.

A autora, gerente financeira de outra grande companhia, também estava no carro e sofreu sérias lesões corporais. Teve redução permanente da capacidade laborativa em 40%. Submeteu-se a diversas cirurgias, que lhe deixaram cicatrizes deformantes.

O acidente foi causado por Ismael, que integrava cooperativa de motoristas que, por seu turno, mantinha contrato de prestação de serviços com Prefeitura de Y. Ismael se encontrava embriagado ao volante de um caminhão da Prefeitura. Perdeu a direção, atravessou o canteiro central e provocou colisão frontal com o veículo no qual viajavam as vítimas.

Foi instaurado inquérito policial em 20 de janeiro de 2014. O motorista Ismael foi denunciado em 20 de janeiro de 2015 e condenado na esfera penal, com trânsito em julgado da sentença em 20 de janeiro de 2018, em que já se fixou valor mínimo indenizatório.

Ficou comprovado que Ismael, motorista, estava embriagado e a dinâmica do acidente. Segundo a perícia, o caminhão se encontrava em perfeito estado de conservação.

Pede, a inicial, a condenação do Município Y ao pagamento de indenização composta das seguintes verbas:

- a) Indenização por danos materiais e morais em razão das lesões corporais que sofreu.
- b) Indenização integral das despesas médico/hospitalares, inclusive as cobertas e reembolsadas pelo plano de saúde do casal, apuráveis em liquidação, ao argumento de que não pode o ofensor beneficiar-se de seguro alheio, para o qual não contribuiu com o pagamento do prêmio.
- c) Indenização vitalícia proporcional à redução permanente da capacidade laborativa, sem dedução da indenização previdenciária.
- d) Indenização por danos materiais em razão da morte do filho menor Fernando, correspondentes ao salário provável que poderia a vítima auferir como aprendiz, com termo inicial na data em que completaria 16 anos até a data da sua provável morte.
- e) Indenização correspondente ao salário de Arnaldinho, incluídos bônus e vantagens, até a data em que ela completaria 80 anos e indenização pela perda de uma chance de melhoria salarial em razão de prováveis promoções futuras que teria a vítima fatal Arnaldinho.

O município Y foi devidamente citado, restou infrutífera qualquer possibilidade de conciliação na audiência realizada em 15/10/2025.

Na condição de Procurador do Município Y, elabore a peça processual cabível.

RASCUNHO

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	
31	

32	
33	
34	
35	
36	
37	
38	
39	
40	

